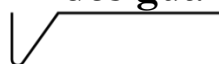


Dossiê Pensata - Pandemia, precarização e desigualdades



Adriana Fernandes, Fábio Araújo e Fábio Mallart¹

A pandemia de Covid-19, que em seu início chegou a ser pensada como uma transição para o fim da lógica neoliberal, revelou-se o oposto, ou seja, uma acentuação de sua agressividade. Segundo Franco Berardi, pela primeira vez nos demos conta que “o capitalismo neoliberal, que é essencialmente uma forma de absolutismo do capital, não reconhece a lei jurídica ou ética e impõe, de maneira dogmática, o princípio da prioridade do lucro econômico”², constatação que se tornou evidente na resistência dos grandes laboratórios à quebra de patentes de produtos de combate ao coronavírus, entre os quais a vacina. No Brasil, nem mesmo o recrudescimento da precarização e do empobrecimento, acentuados pela pandemia, foi capaz de produzir um movimento de revisão da política do “teto dos gastos”, que restringe direitos e reduz o alcance das políticas públicas.

O cenário pandêmico descortinou os limites das possibilidades de vida – sobretudo de parcelas determinadas da população – sob o modo de organização social, político e econômico baseado na reprodução do capital, o que não quer dizer, logicamente, que estejamos caminhando em direção ao fim desse modelo, alicerçado sobre a reprodução das desigualdades estruturais, o extrativismo e a expropriação privada dos recursos que permitem a manutenção das vidas. A asfixia é tanto literal quanto alegórica, combinação de um curto-circuito que articula a precarização e a complexidade de um vírus que atuou como

¹ Respectivamente, antropóloga e pós-doutoranda pela UERJ; sociólogo e pesquisador da Fiocruz; sociólogo e pesquisador de pós-doutorado pelo Instituto de Medicina Social/UERJ (bolsista PNPd/CAPES).

² <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-06-02/franco-berardi-a-pandemia-reativou-o-futuro-vejo-condicoes-para-a-reformatacao-igualitaria-da-mente-social.html>

um “recodificador” de nossas vidas. Daí a necessidade de forjar novas sensibilidades, novas elaborações coletivas capazes de imaginar outros futuros possíveis.

Em uma conjuntura internacional onde a maior parte da população tem sido lançada para um processo radical de precarização da vida, no Brasil, no momento da maior crise sanitária e humanitária de nossa história recente, as elites buscaram maximizar os seus lucros, promovendo mais um ciclo de desmanche dos direitos sociais e do serviço público. Sob a égide do bolsonarismo – expressão local do fascismo tupiniquim –, o cenário político nacional tem se caracterizado, dentre outros aspectos, pelo desrespeito às evidências científicas e por crimes contra a saúde pública, pela destruição das políticas sociais e institucionalidades dedicadas à preservação e à garantia de direitos e, sobretudo, pelo empenho em rebaixar as condições de vida de determinadas populações, fazendo avançar as suas políticas de morte sobre trabalhadores, quilombolas, indígenas, mulheres, LGBTQIA+, movimentos sociais. Ao escancarar desigualdades pré-existentes, a pandemia demonstrou de forma cruel, como já assinalara Judith Butler, a exposição diferencial de determinadas populações e territórios à pobreza, à fome, às várias formas de violência do Estado e à morte³.

A estigmatização de certos grupos sociais, assim como a forte agenda anticientífica, são partes constitutivas da violência como um modo de governo – a violência como referência normativa de um Estado policial-miliciano. O sistema de Ciência e Tecnologia, assim como o ensino superior, historicamente institucionalizados e com efeitos positivos no combate às desigualdades sociais, vem sendo desmantelados, o que gera instabilidade e insegurança para a manutenção de pesquisas e a sobrevivência de pesquisadores/as.

Ao passo que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é tratado como um problema a ser eliminado, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) não teve apenas os seus recursos reduzidos, mas também indefinições relativas à política de avaliação de cursos, acontecimentos que provocaram uma debandada de pesquisadores que pediram demissão e renunciaram a seus cargos, haja vista as pressões para a abertura de cursos e a aprovação de programas de educação à distância. O mesmo ocorreu com a Financiadora de Estudos e Projetos

³ Butler, Judith. “Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

(FINEP), importante agência de financiamento de pesquisa. Os efeitos dessa política deliberada de desmonte têm sido o medo, a angústia e a incerteza para estudantes de graduação e pós-graduação face às ameaças de cortes de bolsas e de acusações contra os temas de suas pesquisas.

Diante deste cenário, como fazer pesquisa em tempos de negacionismo, de desfinanciamento e de criminalização de pesquisadores/as? Quais os desafios políticos e metodológicos em um contexto marcado, por um lado, pela guerra à ciência, e, por outro, pelas dificuldades de circulação, acesso e interação impostas pela pandemia? Qual a contribuição das Ciências Sociais durante esse período e no pós-pandemia?

O dossiê a seguir – intitulado “Pandemia, precarização e desigualdades” – conta com textos escritos por pesquisadores/as em diferentes etapas da carreira acadêmica (mestrandos, docentes, licenciados), de diferentes regiões do país. Nesse conjunto de reflexões, acompanhamos os efeitos da pandemia não como uma fatalidade, mas como consequência do neoliberalismo em expansão, baseado numa racionalidade governamental que opera através de estados de terror e da produção da morte de populações e grupos considerados descartáveis. Estes aspectos não são nem exceção, nem apenas um resquício do colonialismo, mas pontos estruturantes e fulcrais ao sistema e à sua produção e reprodução. Entretanto, essas populações tidas como descartáveis, os estratos miseráveis da sociedade, não param de gerar lucro para o seletor grupo de bilionários do planeta. Descartáveis, miseráveis, institucionalizados – “vidas não-choráveis” – que, de certo prisma, se tornam visíveis politicamente, sendo dignas de compaixão e inclusão em políticas governamentais pela vulnerabilidade que atravessa os seus corpos.

“Corpos da compaixão” performatizados em distintos registros, como nos corpos reconhecidos por alguma doença crônica (em “Isolamento, solidão, morte: os dramas de ser doente renal crônico em tempos pandêmicos”, de Pedro Rabello Brasil Corrêa). Corpos em disputa após a morte, quando os ritos funerários dos Yanomamis não são respeitados, ressoando as formas micropolíticas do genocídio que os povos indígenas passaram a sofrer em ritmo exponencial com o governo de Jair Bolsonaro (em “A ausência do corpo”, de Luciana Costa Normandia). Neste “terror similar à psicose” (os termos são de Walter

Benjamin [1925]⁴), aciona-se a dupla mensagem da biopolítica e do neoliberalismo estatal autoritário: ao ter que se deslocar para pegar o auxílio emergencial e as cestas de alimentos, o que asseguraria o cotidiano das aldeias por algum tempo, os indígenas, ao serem obrigados a se deslocar por dias até acessar postos em outras cidades, acabaram morrendo de Covid-19.

Os artigos publicados se conjugam aos esforços das Ciências Sociais produzidas nesse período para decifrar o funcionamento da desigualdade abissal (intensificada na pandemia) que marca o Brasil, assim como a capacidade imaginativa das práticas neoliberais de assegurar a sua reprodução. Populações indígenas que, para viver e para garantir uma morte digna, precisam mover mundos (em “A ausência do corpo”). Portadores de doenças crônicas que tiveram seus tratamentos descontinuados ou mesmo interrompidos, gerando um nível de incerteza e, conseqüentemente, de sofrimento psíquico que entra nos cálculos sobre os efeitos da covid de forma secundária (em “Isolamento, solidão, morte: os dramas de ser doente renal crônico em tempos pandêmicos”). Adolescentes institucionalizados que passaram a viver em regime prisional – um “duplo isolamento”, com aulas suspensas, sem passeios, sem visitas (em “O isolamento em dobro: As crianças e adolescentes institucionalizadas e as formas do vivenciar o isolamento social em tempos de pandemia de Covid-19”, de Roberta Nascimento Mello); profissionais de saúde com enorme sobrecarga de trabalho, os quais, além de contaminados pelas ondas do coronavírus, entraram na roda do adoecimento, entre ansiedade, depressão, dificuldades para dormir e medicalização, sendo vistos pela população em geral de forma enviesada, visto o suposto risco de contágio que os seus corpos significavam (em “Risco, medo e vulnerabilidade: uma análise narrativa sobre os profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19 no Brasil”, de Marcus Vinicius Martins da Silva e Luis Felipe Lenz).

As pesquisas e o trabalho empírico já sofriam, muito antes da pandemia, com a escassez de financiamento, com o corte de bolsas e a ausência de reajustes. Por isso, o resultado não surpreende: tornou-se inviável se dedicar à pesquisa em tempo integral ou depender apenas das bolsas de mestrado ou doutorado para se sustentar, há muito defasadas. Com a pandemia, o isolamento apregoado como medida sanitária fundamental

⁴ Benjamin, Walter. “As armas do Futuro (1925)”. In: Lowy, Michel (org.). *Capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2013.

para diminuir o contágio ampliou ainda mais as dificuldades de se fazer pesquisa. Nesse sentido, é possível notar pelos trabalhos que constituem o dossiê algumas linhas de força sobre como as pesquisas foram lidando com a sua própria indefinição e dificuldades, por vezes, com a inviabilidade de manter o recorte proposto antes: formas negociadas de continuar indo a campo, tentativas de entender os protocolos publicados pelas associações e conselhos (das mais diferentes categorias), acesso a redes sociais como forma de manter algum tipo de troca a respeito do cotidiano com os interlocutores. Por fim, pesquisas bibliográficas; em boletins ou através da análise de dados secundários, oriundos de trabalhos em diferentes áreas, recolhidos por metodologias em larga escala e qualitativas (em “Risco, medo e vulnerabilidade: uma análise narrativa sobre os profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19 no Brasil”); com dados obtidos através de questionários *on line* (em “Desigualdades, isolamento e o ensino remoto emergencial: reflexões a partir da realidade de estudantes da rede pública de ensino médio do Distrito Federal”, de Stefan Klein et al.); por mídias digitais, combinadas às pesquisas historiográficas, assim como através de páginas de movimentos e associações (por exemplo, no caso do artigo “Ausência do corpo”).

Na pandemia, formas digitais ganharam destaque em termos metodológicos. Sem dúvida, o uso de tecnologias pode ser importante em momentos extremos como nesses últimos dois anos, operando como uma maneira de não perder completamente os fios que nos conectam e nos comprometem aos interlocutores e ao campo. Mas sabemos que essas estratégias limitam e podem nos enganar sobre por onde caminham as formas e as reconfigurações do poder e do capital, da mesma forma que podem nublur o horizonte das lutas e resistências travadas no chão da cidade e nas relações estabelecidas no corpo a corpo entre pesquisadores e interlocutores. De fato, a pandemia expôs a importância de pensar o quanto as tecnologias que atravessam a vida social e política de parte significativa da população (mesmo quando não funcionam ou funcionam precariamente) não podem ser naturalizadas pelas Ciências Sociais como ferramenta metodológica, mas sim problematizadas como mais um elemento a ser contextualizado dentro do conjunto das desigualdades.

Por fim, muito se tem dito, na maioria das vezes em tom resignador, que a pandemia teria vindo para nos ensinar algo, para nos tornarmos melhores enquanto sociedade, assertiva da qual discordamos. Se assim fosse, por que ainda não nos conscientizamos que

a existência de diversas doenças que nos matam é inseparável da pobreza urbana concentrada, da crescente deterioração das infraestruturas de saúde pública e da lógica de produção do agrocaptalismo global? Em “O monstro bate à nossa porta”, ao analisar o potencial de devastação da gripe aviária, Mike Davis⁵ já previra que, em virtude do modo predatório por meio do qual habitamos o mundo, gripes pandêmicas e outras infecções teriam um futuro promissor. Nessa chave, não há nada para aprender com a pandemia, e sim, muito a combater. A pandemia, como bem sintetizou Ailton Krenak, “não vem para ensinar, mas para matar. Não sei de onde vem essa mentalidade branca de que o sofrimento ensina alguma coisa”⁶.

⁵ Davis, Mike. “O monstro bate à nossa porta”. Rio de Janeiro: Record, 2006.

⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/12/covid-nao-veio-para-ensinar-mas-para-matar-afirma-ailton-krenak-no-fim-da-flip.shtml>.